

economia

Aguia inicia produção de fertilizantes no RS

Enquanto opera em Caçapava do Sul, empresa construirá novo complexo industrial no município de Lavras do Sul

/INDÚSTRIA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) concedeu, no dia 15 de maio, a Licença de Operação EIA/Rima para a Aguiá Fertilizantes, responsável pelo Projeto Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul, começar o projeto de fato.

Segundo a empresa, começa agora a fase operacional, com a atuação em uma unidade industrial arrendada no município de Caçapava do Sul. A estrutura foi alugada por 20 anos e já tinha a licença desde junho de 2025.

Nesse local, a produção terá capacidade de até 150 mil toneladas de fertilizantes fosfatados por ano, e a meta é produzir cerca de 70 mil toneladas ainda em 2026.

No próximo ano, a Aguiá irá

avançar na implantação do novo complexo industrial junto à mina de Três Estradas, em Lavras do Sul. As obras têm previsão de conclusão em 2028 e o investimento previsto supera R\$ 80 milhões, o que significa ampliar a capacidade produtiva para até 300 mil toneladas anuais.

Ainda em Caçapava do Sul, segundo o gerente geral da empresa, Diego Boeira, durante o final de semana passado foi feito todo o planejamento do início da operação. “A planta industrial também está avançando e deve ter toda a montagem dos equipamentos concluída até o próximo sábado”, acrescenta.

A expectativa da empresa é de que a partir da próxima semana já tenha minério chegando na planta. O material deve começar a ser vendido no início de junho.

Quando concluída a obra em Lavras do Sul, somando-se à operação já em andamento, elas po-



MÁRCIO SAPPER/DIVULGAÇÃO/JC

Fábrica em Caçapava do Sul iniciou produção na segunda-feira, e pode gerar 150 mil toneladas anuais

derão representar cerca de 10% da demanda de fosfato do Rio Grande do Sul, destaca a empresa. Ainda segundo a Aguiá, “a produção regional de fosfato busca oferecer

uma alternativa para reduzir a dependência externa de fertilizantes, especialmente em um cenário internacional marcado por instabilidades geopolíticas e pressão sobre

custos logísticos”. A venda do produto, ao menos inicialmente, será focada no Estado, para suprir uma demanda que resulta em altos índices de importação do produto.

Poços não são todos iguais: o que diferencia a água segura dos sistemas públicos da água de poços particulares?

O avanço da crise climática no Brasil, especialmente após as enchentes históricas no Rio Grande do Sul, intensificou a busca por fontes alternativas de abastecimento de água. Nesse cenário, os poços profundos passaram a integrar a estratégia de segurança hídrica dos sistemas públicos, funcionando como complemento aos mananciais tradicionais em períodos de estiagem, enchentes e oscilações no abastecimento.

Especialistas alertam, porém, para a diferença entre os poços operados por concessionárias, como a Corsan, e os poços particulares sem controle técnico. Nos sistemas públicos, a captação subterrânea faz parte de uma estrutura planejada, baseada em estudos hidrogeológi-

cos, licenciamento ambiental, monitoramento permanente e análises laboratoriais contínuas. A água passa por tratamento e segue padrões definidos pelo Ministério da Saúde.

Segundo a diretora-presidente da Corsan, Samanta Takimi, o objetivo é garantir resiliência operacional sem comprometer o equilíbrio ambiental, utilizando apenas parte da capacidade dos aquíferos e assegurando sustentabilidade no longo prazo.

Já os poços particulares irregulares operam, muitas vezes, sem estudos técnicos, fiscalização ou monitoramento da qualidade da água. Embora a água possa parecer limpa, ela pode conter contaminantes invisíveis, como coliformes fecais, vírus, nitratos,

agrotóxicos e metais pesados, associados a doenças e riscos à saúde pública.

Além das questões sanitárias, especialistas apontam impactos ambientais da perfuração indiscriminada de poços, como o rebaixamento do lençol freático e a redução da disponibilidade hídrica regional. A legislação brasileira também determina que, onde há rede pública disponível, a conexão é obrigatória, tornando irregular o uso de poços particulares para consumo humano nesses locais.

Apesar do crescimento das soluções subterrâneas, técnicos reforçam que a rede pública tratada continua sendo a forma mais segura de consumo, por garantir monitoramento contínuo, rastreabilidade e fiscaliza-



CORSAN/DIVULGAÇÃO/JC

Especialistas alertam para os riscos sanitários e ambientais do uso irregular de poços particulares sem controle técnico

ção permanente.

A experiência recente do Rio Grande do Sul evidencia que enfrentar eventos climáticos extremos exige sistemas integrados, planejados e sustentáveis. Nesse con-

texto, especialistas defendem que segurança hídrica não significa apenas acesso à água, mas acesso à água segura, monitorada e operada com responsabilidade técnica e ambiental.

Conteúdo produzido pelo **Núcleo-i** para Corsan
Conteúdo multimídia patrocinado